

Património para todos

Políticas (mais inclusivas) para a gestão dos Bens Culturais

Euarda Vieira¹

Heritage for all

(More inclusive) policies for the management of Cultural Assets

Este texto pretende ser uma súmula da comunicação oral que fiz a convite da Associação YOCOCU Portugal, no contexto das Jornadas Europeias do Património, em setembro de 2021. Entendi tal participação como a possibilidade de dar um testemunho pessoal do que são algumas das minhas interrogações mais atuais no tocante ao tema da Gestão de Bens Culturais, tendo trazido para o debate diversas interrogações, já que, num tempo de mudança constante, os modelos tendem a ser reavaliados e até mesmo alterados. Desde 2019 que o mundo vive ameaçado por eventos que abalaram as nossas certezas e introduziram mudanças profundas na nossa vida habitual. A pandemia Covid-19 veio forçar-nos a realizar mais rapidamente a transição tecnológica digital, o que irá certamente afetar os vários setores do património cultural, desde a preservação à fruição. Quando escrevo este curto texto, decorre uma guerra na Europa que irá mudar a geopolítica mundial, e cujas consequências devastadoras ainda não se adivinham completamente. O conflito russo-ucraniano de 2022 vem, assim, permitir-nos, desafortunadamente, assistir à destruição de milhares de vidas em direto, à montagem de planos de emergência para a proteção dos bens culturais, o que demonstra a resiliência de um povo, mas igualmente, talvez, à maior crise de refugiados na Europa, desde a II Guerra Mundial. Terrorismo e guerra representam, nos dias atuais, oportunidades para aniquilar a identidade cultural de uma comunidade ou povo, através da destruição dos bens culturais, o que se tem vindo a acentuar já desde os anos 1990, quando alguns arqueólogos advertiam para o que viria a ser a “destruição etno-arqueológica do património edificado” durante o conflito na Bósnia (Renfrew & Bahn, 1991, p.511). A evolução dos estudos patrimoniais levar-nos-ia, porém, mais recentemente a descobrir que a identidade cultural pode igualmente ser um fator de coesão social e de recuperação da paz e conciliação entre povos (Viejo Rose, 2021, p. 11).

Os tempos continuam a ser de mudança profunda, e se o património se constrói com base em modelos sócio-dinâmicos, a contemporaneidade coloca-nos desafios enormes. Todas as épocas construíram os seus modelos e discursos em torno dos bens ditos culturais, desde

¹ Euarda Vieira é professora associada da Escola das Artes da Universidade católica Portuguesa (Porto). Possui uma vasta experiência académica e científica, sendo Investigadora responsável do projeto HAC4CG (em curso), Geo-SR (finalizado) e investigadora associada dos projetos Bionansculp e Bio4Mural (finalizados), relacionados com a articulação entre Reabilitação e Conservação e Restauro de Interiores Decorativos.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0620-080X>

e-mail: evieira@ucp.pt

aquelas em que a participação no processo se fazia apenas através das elites, como à mudança que ocorre desde o Iluminismo e que haveria de finalizar na inclusão do coletivo na fruição e, por conseguinte, também, na criação ou desvinculação do que se entende não constituir *património*.

Nos séculos XX e XXI, assiste-se à maior democratização que alguma vez se deu no acesso aos bens culturais em espaço público ou museológico. A globalização trouxe consigo o turismo de massas, potenciado mundialmente por um modelo económico assente em viagens de avião muito económicas, que fez da exploração da Herança Cultural um dos seus motores de funcionamento, o que contribuiu em muitos casos para uma sobrecarga humana sobre os bens culturais, a que Portugal não ficou alheio, com efeitos negativos ainda por avaliar.

Para além do risco de esbatimento das diferenças entre identidades nacionais, este modelo implementado em muitos países, sem uma verdadeira transição para modelos de gestão adaptados à nova realidade que gerissem efetivamente fluxos de visitantes, necessidades das comunidades, possibilidades dos sítios e monumentos a disponibilizar, e discursos de apresentação dos bens patrimoniais, conduziu frequentemente a uma fruição desmesuradamente não controlada, excluindo as comunidades locais da participação no processo. Este modelo de fruição não foi devidamente preparado, uma vez que os discursos apresentados aos turistas não se adequaram realmente às suas expectativas. Passou-se, assim, de um discurso vertical e hierárquico, construído em grande medida no âmbito académico ou com o seu contributo, em articulação com as tutelas, à fruição totalmente livre e desorganizada, propagada pelas diversas plataformas e redes digitais, onde é possível encontrar informação não validada ou mesmo incorreta.

As tecnologias digitais podem (e devem) ser uma ferramenta poderosa para a implementação e organização dos modelos de gestão, onde se incluem as informações a disponibilizar sobre os bens culturais, mas devem igualmente ser um meio de promoção da literacia patrimonial, o que muitas vezes não se verifica. Veja-se, a título de exemplo, o que se passa em muitos museus com enormes fluxos de visitantes, que, contudo, não vão lá para realmente apreciar as coleções, mas para visitar um local que é intencionalmente colocado numa lista dos *top* mais visitáveis nos diversos sites de reservas de viagens (em detrimento de outros que ficam praticamente abandonados, com poucos visitantes). Este enviesamento da leitura dos bens culturais não pressupõe uma verdadeira educação pelo património, mas sim uma falsa noção de aquisição de conhecimentos culturais. Por outro lado, sendo os desafios enormes e tendo que pensar à escala planetária no contexto das Alterações Climáticas que integram o nosso quotidiano, resta aos profissionais do património continuar a zelar pela preservação da materialidade física dos bens culturais, reforçando a valorização da sua essência imaterial e significância, a qual deverá ser incluída nos novos modelos de gestão, que o nosso tempo exige.

Centrando-nos agora na questão da inclusividade, o conceito pressupõe a aceitação do outro, das suas diferenças e valores, seja a uma escala local, nacional ou transnacional. Numa perspetiva de sustentabilidade económica e social, há que ter em conta o papel que as comunidades locais podem desempenhar na conservação e fruição dos bens culturais, atribuindo-lhes importância e empoderando-as para novos papéis em articulação com os modelos de desenvolvimento. Tal ajudará a uma gestão mais equilibrada dos recursos

disponíveis e possibilitará implementar formas de aumentar a resiliência dos bens culturais, num tempo de crises diversas. Para isso, torna-se crucial avaliar o que já foi feito e promover políticas que auxiliem os diversos parceiros e entidades envolvidas a realizar bem esta missão.

Num tempo de refugiados climáticos e de refugiados de guerra, importa ainda salientar o papel da aculturação na construção de novos patrimónios resultantes da integração dos valores do outro nos nossos, do papel que estas comunidades acolhidas podem vir a ter para a memória coletiva dos países que os acolhem em pleno século XXI. Mas a inclusividade pode ainda significar uma contestação acérrima de um passado tornado incómodo pelas atuais leituras sociopolíticas e de que é exemplo o tema dos Patrimónios Contestados como fenómeno quase exclusivo da atualidade (Liu, Dupre, & Jin, 2021), onde se inclui o debate sobre os colonialismos e neocolonialismos europeus, do qual Portugal não pode ser excluído. Com efeito, vive-se hoje um tempo de contestação em que se exige a correção e reparação de eventos relacionados com a escravatura, a colonização de territórios noutros continentes, a subjugação de minorias, bem como a reposição de um léxico novo por inadequação do discurso tradicional sobre determinados fatos históricos.

Tal é apenas possível pela crescente manipulação do património enquanto recurso económico social e político, no contexto de processos globais estruturantes: o turismo e a urbanização (Peixoto, 2021, 172). Concluímos, deste modo, que qualquer modelo de gestão de bens culturais que se possa vir a criar e promover, não pode dissociar-se de todas as problemáticas aqui enunciadas, sendo vital que os discursos se construam com todas as partes interessadas e integrantes da Herança cultural.

Referências:

- Colin Renfrew & Paul Bahn (1991). *Archaeology: Theories, Methods and Practices*. London, Thames& Hudson.
- Dacia Viejo Rose (2021). "Património Cultural em Conflito: da violência à reparação", In *Patrimónios Contestados*, Público SA, pp. 11-25.
- Paulo Peixoto, Luís Raposo, Bárbara Reis (2021). "Patrimónios Contestados em Portugal: problemas, casos e debates", In *Patrimónios Contestados*, Público SA, pp.189.